

Racismo, cultura e identidade nacional¹

Racismo, cultura e identidad nacional

Racism, Culture and National Identity

Lucas Santos Café²

Resumo

O objetivo deste texto/palestra é refletir sobre a construção da identidade nacional brasileira como projeto racista e genocida que, portanto, necessita ser desconstruído para ser superado. Para a apresentação que se segue é urgente o entendimento sobre necessidade da descolonização da vida e a desnaturalização das relações sociais que a compõe. Entre outras coisas, descolonizar a vida significa desnaturalizar elementos e fenômenos históricos tidos socialmente como naturais. O racismo e a identidade nacional são exemplos de produtos da cultura que, no Brasil, alcançaram um demasiado nível de sacralização que faz com que a maioria dos brasileiros acredite que são inatos da sociedade e essências da “brasileidade”. Para descolonizar a vida, é premente um fazer pedagógico radical, ou seja, decolonial, que possa contribuir para um entendimento do mundo para além da visão hegemônica, para além da naturalização das relações sociais.

Palavras-chave: Racismo; cultura; identidade nacional; Brasil.

Resumen

El propósito de este texto/conferencia es reflexionar sobre la construcción de la identidad nacional brasileña como un proyecto racista y genocida que, por lo tanto, necesita ser desconstruido para ser superado. Para la presentación que sigue, es urgente comprender la necesidad de la descolonización de la vida y la desnaturalización de las relaciones sociales que la componen. Entre otras cosas, descolonizar la vida significa desnaturalizar elementos y fenómenos históricos considerados socialmente naturales. El racismo y la identidad nacional son ejemplos de productos de la cultura que, en Brasil, han alcanzado un nivel de sacralización que hace creer a la mayoría de los brasileños que son innatos en la sociedad y esencias de la “brasileña”. Para descolonizar la vida es urgente un enfoque pedagógico radical, pedagógico o decolonial, que pueda contribuir a una comprensión del mundo más allá de la visión hegemónica, más allá de la naturalización de las relaciones sociales.

Palabras claves: Racismo; cultura; identidad nacional; Brasil.

Abstract

The purpose of this text is to reflect on the construction of the Brazilian national identity as a racist and genocidal project that, therefore, needs to be relaxed in order to be overcome. For the presentation that follows, there is an urgent need to understand the need for the decolonization of life and the denaturalization of the social relations that comprise it. Among other things, decolonizing life means denaturalizing historical elements and phenomena considered socially natural. Racism and national identity are examples of products of culture that, in Brazil, have reached a level of sacralization that makes most Brazilians believe that they are innate in society and essences of “Brazilianess”. To decolonize life, radical pedagogical, that is, decolonial, action is urgent, which can contribute to an understanding of the world beyond the hegemonic vision, beyond the naturalization of social relations.

¹ Palestra proferida no II Congresso Internacional Online de Estudo sobre Culturas organizado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC Brasil).

² Lucas Santos Café é professor EBTT de História do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Primavera do Leste (IFMT). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cursa Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Primavera do Leste, Mato Grosso, Brasil; E-mail: lucas.cafe@pdl.ifmt.edu.br.

Keywords: Racism; culture; national identity; Brazil.

1. Introdução

Para a apresentação que se segue é urgente o entendimento sobre necessidade da descolonização da vida e a desnaturalização das relações sociais que a compõe. Entre outras coisas, descolonizar a vida significa desnaturalizar elementos e fenômenos históricos tidos socialmente como naturais. O racismo e a identidade nacional são exemplos de produtos da cultura que, no Brasil, alcançaram um demasiado nível de sacralização que faz com que a maioria dos brasileiros acredite que são inatos da sociedade e essências da “brasilidade”. Em outras palavras, o racismo e a construção da identidade nacional estão umbilicalmente ligados e são frutos de uma determinada cultura, gestados em momentos históricos distintos, mas exacerbados de continuidades e, juntos, na atualidade, constituem-se como o sustentáculo do mito da democracia racial.

Sem meias palavras, o objetivo desta palestra é refletir sobre a construção da identidade nacional brasileira como projeto racista e genocida que, portanto, necessita ser desconstruído para ser superado. Para isso, é crucial trazer à tona a ideia desenvolvida por Abdias Nascimento (1978) sobre como se deu a implantação da nação brasileira, cunhada a partir de um projeto de nação que visava ao genocídio do negro e ao extermínio da cultura negra no Brasil. A interpretação proposta por Nascimento nos permite compreender (para dessacralizar) os mitos criados pelos colonizadores e aprimorados por seus herdeiros durante a extensão temporal da colonialidade.

2. A atual condição de colonialidade

A colonialidade foi produto, no início, de uma repressão sistemática não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não serviram para a dominação colonial global. Para Aníbal Quijano (1992), a colonialidade reprimiu, principalmente, os modos de ser, de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual produzidas pelas populações negras e também indígenas. Em seguida, a colonialidade impôs padrões de comportamento dos dominantes sobre os dominados, subjugando deles sua religiosidade, seus cantos, rituais, modo de vestir e até o como pensar e o que aprender. A partir de um processo de sedução, a partir da mistificação de seus próprios padrões, os dominantes conseguiram fazer de sua cultura um padrão ou um modelo universal.

O conceito de colonialidade desenvolvido por Quijano revela que, na América Latina, as relações de dominação nas esferas econômica, política e cultural não acabaram com o colonialismo. Entre outras palavras, o conceito denuncia a continuidade do modelo colonial de dominação baseado no racismo, após o fim das administrações coloniais produzidas pelas culturas ocidentais fincadas no capitalismo/colonialismo/patriarcado.

E por que é importante pensar sobre colonialidade? Compartilho da ideia de Mignolo (2017) de que pensar o conceito de colonialidade já é um ato descolonizador, pois é preciso partir de um olhar decolonial para observar a barbárie existente por trás do moderno discurso civilizatório que, por aqui, serviu de base para a construção da identidade nacional. Em sua interpretação, Mignolo afirma que “[...] ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (MIGNOLO, 2017, p. 04).

Dessa forma, podemos pensar que, por trás do discurso de progresso, de desenvolvimento, de unidade, de identidade, de nacionalidade, estão práticas e representações discursivas que invisibilizam trajetórias, ceifam vidas e dizem memórias. Entre outras palavras, identifica-se, por um lado, a existência de uma cultura hegemônica eurocêntrica que se consolida, por outro lado, pelo extermínio de culturas subpresentadas.

Nesse ponto, importa destacar que identidade nacional não é inata, mas, sim, um projeto gestado para atender a diversos e poderosos interesses como forma de garantir dominação de um sobre o outro, este outro explorado pelo capitalismo/colonialismo/patriarcado. Parece, mas a formação da identidade nacional não é um projeto acabado. Pelo contrário, é gestado diariamente e necessita, para garantir o domínio, manter sua estrutura racista intacta. Portanto, a identidade nacional é recriada na medida em que é tensionada. Os esforços de desconstrução dos mitos fazem com que estes sobrevivam graças a um constante processo de reatualização. A renovação qualificada permite que os mitos sejam aceitos de forma ampla na sociedade, transparecendo, para nós, como eternos e universais.

Vivendo em uma sociedade marcada pela colonialidade, enquanto não nos atentarmos para o poder do currículo tradicional como um projeto construído a serviço da dominação e para a permanência de uma identidade nacional racista, nós, que militamos por uma educação descolonizada, e assim, antirracista, contribuiremos para que continue a se consolidar uma identidade racista. Se o currículo escolar não for repensado, não conseguiremos desconstruir e

superar as relações de colonização, colonialismo e colonialidade que imperam na sociedade brasileira, sobretudo, no ambiente escolar.

Dialogando mais uma vez com Abdias Nascimento (1982), acredito que superar o racismo e o projeto de nação genocida significa barrar as concessões feitas aos racistas, visibilizando cotidianamente seus pensamentos e desmitificando mitos por eles construídos. Sendo assim, uma educação antirracista precisa ser construída sob a égide de um fazer pedagógico que não negue, mas que evidencie a diferença.

No Brasil, defender um currículo que privilegie histórias e narrativas próprias dos povos colonizados, ou seja, de negros e indígenas, significa, antes, um comprometimento político e intelectual com argumentos que visem desconstruir e superar ideias hegemônicas universais, construídas a partir de relações de opressão e de dominação oriundas do seio do colonialismo e da permanente colonialidade.

Quando falamos de educação, qualquer esforço que não busque a descolonização e a centralidade na reflexão sobre raça e educação, a partir de um viés pluricultural com bases no pensamento decolonial e afro-diaspórico, estará contribuindo para a consolidação do racismo em suas diversas faces.

A partir da superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade é que podemos, primeiro, pensar nessa possibilidade; segundo, tecer críticas ao currículo tradicional que fora estruturado na identidade nacional, que nega e escamoteia a história, a cultura e a cosmovisão de negros e indígenas, porque se baseia em narrativas triunfalistas que sacralizam a cultura europeia compreendida, nos livros didáticos brasileiros, como populações evoluídas e, portanto, superiores.

Bell Hooks (2013) nos alerta que a cultura racista, colonialista e patriarcal trata os pensamentos contra hegemônicos como se fossem radicalismos frutos do irracionalismo. Sendo assim, é preciso dizer que nosso entendimento não parte de nenhum radicalismo irracional, até porque a própria ideia de racionalidade é utilizada para desvalorizar a diversidade epistêmica. Dessa forma, o radicalismo que defendemos no trato da construção de uma educação antirracista é amparado e fundamentado na decolonialidade. A Constituição Federal Brasileira garante uma educação pluricultural, e não hierarquiza em graus de importância as culturas. Sendo assim, o que faz com que cultura, história e saberes eurocêntricos sejam colocados como referência? Propor narrativas plurais, currículos que valorizem a diferença a partir de epistemes pautadas nas trajetórias e nas experiências das populações negras não seria cumprir aquilo que já está previsto na própria Constituição Federal?

2.1. Identidade nacional e racismo

Percebemos, por isso, que a identidade nacional é um fenômeno complexo repleto de armadilhas. Superá-la exige não só a resignificação, mas a construção de conceitos a partir do resgate de epistemologias silenciadas. De um modo geral, podemos dividir o processo de gestão dessa identidade em momentos históricos. O primeiro momento abarca os primeiros anos do Império indo até meados dos anos 1870, quando se inicia o segundo momento, marcado pelas influências do darwinismo social e das teorias racistas europeias. O terceiro momento começa nos anos de 1930, tendo como ponto de partida as interpretações de Gilberto Freyre, considerado o fundamentador do mito da democracia racial e da brasilidade. Esse momento permanece no imaginário social brasileiro, sendo reforçado principalmente pela mídia, em um processo constante de reafirmação.

No Brasil, identificamos, nos primeiros anos do Império, a necessidade que se tinha – e ainda hoje se tem - de se construir um projeto de nação ideal. Qual seria o padrão ideal de nação que se desejava ter? Ricardo Salles, em *Nostalgia Imperial* (2013), revelou-nos como o Estado imperial, representando os interesses da aristocracia fluminense, gestou um projeto de nação tendo como parâmetro um modelo europeu ocidental. Na construção de uma identidade e de uma cultura nacional, o mais importante era assegurar a continuidade da carga cultural civilizatória europeia.

O Estado imperial a serviço das elites escravocratas organizou um movimento responsável por fundar uma tradição, ou seja, a construção de um projeto de identidade nacional. Nesse movimento, a produção de uma história oficial e a garantia de seu ensino nas escolas eram de suma importância. A fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838 fez do Brasil o segundo país em todo mundo a ter uma instituição do gênero. Esse fato é bem revelador da urgência que havia em construir um ideal de nação no pós-independência.

Encontramos em Francisco Adolfo de Varnhagem os principais esforços para fundação dessa tradição. Sobre sua produção historiográfica encomendada, sobretudo, a obra *História geral do Brasil*, podemos afirmar que visava acentuar os laços da colonização/civilização europeia na nova nação. Dessa forma, voltamos a Ricardo Salles, quando afirma que a “[...] solução monárquica pós-independência era o elemento assegurador de continuidade da carga cultural civilizatória luso-europeia”. (2013, p. 32).

No processo de construção da nação brasileira, não podemos deixar de lado uma importante particularidade: a escravidão. O Brasil foi a única nação latino-americana a manter

na legalidade o regime escravocrata após o processo de independência política. A sociedade imperial foi construída de acordo com os interesses das elites dominadoras, tendo no consolidado escravismo a base do discurso civilizatório oficial. Dessa forma, podemos dizer que, ao mesmo tempo, princípios de uma sociedade racista formavam e fundamentavam a escravidão e a escravidão formava e fundamentava uma sociedade cada vez mais racista.

A própria opção pelo Império no pós-independência já é reveladora do eurocentrismo e do racismo estrutural existente em nossa sociedade. Enquanto nossos vizinhos latino-americanos optaram pelo regime republicano e pela abolição da escravidão, no Brasil, tivemos a opção monárquica com o fim de garantir a hegemonia escravista, pois, como afirma Ilmar Rohloff Hollof (1987), aqui se tinha algo que poderia nos unir como povo, esse algo era a escravidão.

Significando tudo que era branco, o Estado imperial tinha o papel de organizar uma sociedade espelhada na civilização europeia, transformando em interesse nacional os interesses particulares das elites racistas escravocratas. Dessa forma, a identidade nacional se constituiu a partir da exclusão e da subordinação de negros, fossem eles escravos, libertos ou livres, pois o objetivo maior era a manutenção da escravidão a partir da sofisticação do racismo. Para isso, permanecer ligados às origens coloniais era extremamente necessário para a manutenção de toda estrutura de poder e de exploração.

A identidade nacional é uma cruel, massacrante e excludente tradição inventada, gestada pelas elites herdeiras das estruturas do colonialismo. Dessa forma, uma análise sobre o processo de construção da “brasilidade” deve adotar uma postura cuidadosa diante do discurso presente nas fontes e diante dos conceitos da história vista de cima construída a partir do viés do colonizador. Na construção de narrativas plurais que visem ultrapassar as linhas abissais criadas pelo eurocentrismo, mais do que um possível silenciamento das fontes, nossa atenção deve recair sobre o silenciamento dos historiadores.

Quando falamos da crueldade da identidade nacional construída a partir de um viés eurocêntrico, estamos falando da escrita de uma história única que busca inviabilizar o confronto de narrativas. Referimo-nos à criação de padrões e métricas que impossibilitam os povos dominados/colonizados de escreverem suas experiências históricas, uma vez que estão presos aos conceitos dos saberes criados pelo dominador/colonizador.

Entendemos que, para as experiências históricas da América Latina, e assim, do Brasil, o moderno conceito tradicional de história, utilizado como base para a construção de uma identidade nacional, é uma armadilha teórico-metodológica gestada para legitimar e garantir a

dominação e a exploração do “outro” não europeu, de seus saberes, suas histórias, enfim, de sua cultura.

2.2. Raça, racismo e identidade colonial

O pensamento decolonial nos permite descolonizar a ciência e a produção historiográfica, permitindo assim a produção de narrativas contra hegemônicas capazes de interpretar de forma descolonizada a realidade. Entre outras palavras, a descolonização da escrita da história será possível no momento que os historiadores se permitirem fazer novas perguntas às fontes buscando novas respostas para algumas questões dadas como certas.

Dessa forma, reforço que, para evidenciar as diferenças excluídas em nome de um “padrão nacional” europeu, para se produzir narrativas plurais antirracistas, não basta apenas a ressignificação de velhos conceitos. Pelo contrário, é necessário construir novos padrões a partir de outros paradigmas, ou seja, a partir de uma experiência epistemológica que possa dialogar de forma independente e bem mais convincente com os nossos lados da história, em nosso lado da linha (SANTOS, 2009).

Nesse ponto, começamos a explicar melhor a relação entre racismo e identidade nacional. A identidade e seus mitos contribuíram, historicamente, para que, no Brasil, fosse se formando e se construindo um processo de um “racismo mascarado”, iniciado com a rejeição da história dos africanos e de seus descendentes, passando pelo mito da benevolência do branco português para com o negro e das possíveis “contribuições” do branco civilizado para com o negro “incivilizado”.

A aceitação dos mitos e do racismo intrínseco como algo natural é tão importante para a manutenção da dominação capitalista/colonialista/patriarcal que, ainda hoje, na construção desse “racismo mascarado”, existem pessoas que defendem a escravidão e outras atrocidades cometidas contra as populações negras, pois seriam “um mal necessário” para o processo civilizatório e, assim, para a consolidação da “brasilidade”.

Para entender a relação intrínseca entre a identidade nacional e o racismo, é importante dialogar com autores/as que não apenas ofereçam respostas para a problemática, mas que ajudem a pensar novos conceitos, ressignificando-os. Dessa forma, como afirma Conceição Evaristo, é necessário o diálogo com pensadores/as que problematizem nossas vivências, que nos provoquem a produzir escrituras, que dialoguem com nosso lugar de fala entendendo que também é a fala de um lugar social.

Esse diálogo é crucial, pois, quando o assunto é racismo, não deve existir espaços para ingenuidades. São vários os esforços intelectuais que escamoteiam o racismo brasileiro, seja

de forma consciente ou inconsciente, por convicções enganosas ou por afinidade com ideologias racistas. Entretanto, o esforço descolonizador precisa enfrentar essa demanda, agindo para desconstruir a imagem de que o preconceito e a discriminação de que as populações negras sofrem em nosso país têm exclusivamente um fundamento de “classe”, assim como as ideias de que no Brasil os problemas são étnicos e de que vivemos uma democracia racial. O esforço descolonizador deve refutar essas visões e enfatizar que o paradigma brasileiro tem caráter racial e está contido na identidade nacional.

Assim, não podemos perder de vista o conceito de raça, cuja reflexão é importante para entender a construção da identidade nacional e relação com a colonialidade. Afastamos de qualquer fundamentação natural ou biológica, buscando diálogo com os que acreditam na construção de um conceito de raça propriamente sociológico. Entre outras palavras, trata-se de um emprego científico do conceito na busca de entender determinadas ações subjetivamente intencionadas e não de um uso social deliberado.

Aníbal Quijano (2014) e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999) defendem que o conceito de raça é recente na história da humanidade, sendo assim, seria recente também a prática do racismo. Guimarães aponta que a palavra raça se apresenta nas línguas europeias a partir do século XVI, sendo esse fato, para Quijano, algo de simples explicação: o contato com a América.

Para Quijano (2014), o racismo é uma novidade histórica construída pelos europeus no processo de dominação da América, utilizada para legitimar as estruturas de poder do mundo colonial e do capitalismo. Assim, o racismo foi inicialmente produzido na América e, posteriormente, reproduzido no resto do mundo, como fundamento da especificidade das relações entre a Europa e o resto do mundo. Nesse ensejo, raça seria uma categoria mental nova e exclusiva da formação da América. O racismo, ou seja, as distinções e hierarquizações a partir de pressupostos biológicos, surge com capitalismo/colonialismo/patriarcado como categoria mental a serviço da dominação dos não europeus.

Pensando de forma semelhante, Guimarães (1999) aponta que raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural, sendo, na verdade, uma construção mental, intelectual e ideológica com impactos reais no mundo físico. Sendo assim, o conceito diz respeito apenas a uma classificação social, que se apoia em uma ação negativa frente a certos grupos sociais, “[...] e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. Em suma, a realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social” (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

Colocando a cultura e outras questões subjetivas como prioritárias para explicar o processo de conquista e exploração imposto pelos europeus na América, Quijano (1992) aponta que o racismo é o sustentáculo de todo o processo de dominação da cultura ocidental e se sustenta em uma relação de dominação que tem como maior trunfo a colonização do imaginário do colonizado. O racismo e a naturalização da ideia de raça são cruciais nesse processo, pois, para o autor, ninguém consegue ser explorado se não for dominado. Dessa forma, dominar ou controlar, assim, colonizar os conhecimentos e as formas de pensar do colonizado se constituíram como essencial no processo de dominação, só sendo possível graças à naturalização do racismo.

Sobre o racismo, Guimarães afirma ser “[...] uma forma bastante específica de “naturalizar” a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais”. A naturalização acontece de acordo com os interesses das elites, fazendo com que cada racismo tenha sua própria história. Com isso, pode-se afirmar que, apesar de o racismo ser um problema mundial, ele desenvolve características próprias em cada espaço, fato que permite que no Brasil se desenvolva um tipo de racismo específico.

O denominado “racismo mascarado”, denunciado por Nascimento (1982), é fruto das classificações dos seres humanos, as quais possibilitaram a criação das hierarquias raciais que fundaram a sociedade escravocrata patriarcal no Brasil. O racismo cria e naturaliza uma ordem estamental que sobrevive de forma disfarçada com a alcunha de identidade nacional.

É importante frisar que a identidade nacional brasileira começa a ser gestada no século XIX, nos primeiros anos do Império, sendo refundada constantemente nas décadas seguintes. Entre os anos de 1870 e 1930, observamos a hegemonia de uma identidade racista, fruto de um momento histórico em que o racismo científico e as ideias de eugenia e pureza racial estavam em alta na Europa. Dessa forma, na construção da identidade nacional, nesse período, não havia problemas em assumir uma postura racista e racialista perante a população brasileira. Ser racista, a princípio, era a solução.

Pesquisando os movimentos abolicionistas estadunidenses, Angela Davis (1981) nos revelou que abolicionismo não significa antirracismo. Para Davis, é possível ser abolicionista, ser contrário à escravidão e, ao mesmo tempo, continuar preso ao racismo e defender as irracionalidades de seus fundamentos. A análise da militante e intelectual negra serve para entender a questão da relação da abolição da escravidão no Brasil e o imaginário social.

No imaginário popular brasileiro, é hegemônica a ideia de que o Império aboliu a escravidão de forma pacífica e segura para todos os brasileiros. Além disso, uma parte

significativa da população brasileira acredita que a Lei Áurea e a Princesa Isabel jogaram a última pá de cal na escravidão, liquidando de uma vez por todas o racismo brasileiro. Minha interpretação é totalmente diversa. Acredito que a abolição oficial foi uma medida conservadora cujo objetivo era evitar convulsões e mudanças sociais drásticas. A Lei Áurea aboliu oficialmente a escravidão depois que ela já tinha sido vencida nas ruas, estando totalmente desmoralizada na sociedade.

A desmoralização da escravidão não pode ser confundida com o fim do racismo. A superação da instituição aconteceu graças à pressão exercida pelos movimentos abolicionistas, mas não alterou o racismo e o lugar da exclusão. Para Ricardo Salles, a Lei Áurea pôs fim a todas as transformações radicais pensadas pelo movimento abolicionista, pois a questão que estava posta eram os interesses das classes dominantes. O objetivo era abolir a escravidão, mas continuar a exclusão social e barrar qualquer tentativa de ascensão social dos escravizados e de seus descendentes, garantindo a dominação e a exploração aos modos coloniais a partir de novas metodologias.

Nesse momento, o Darwinismo social influenciou intelectuais brasileiros, colocando-os diante de diversos dilemas. Lilia Moritz Schwarcz e Thomas Skidmore (2011), cada um a seu modo, mostraram como a questão da raça estava vinculada às discussões sobre o destino da nação. Na certeza de que o futuro da nação brasileira estava comprometido por causa da miscigenação e do contingente de negros (pretos e pardos) na população, intelectuais e políticos projetam e põem em prática a política de branqueamento da raça. Entre outras palavras, é justamente no período da abolição da escravidão no Brasil que se aguçam políticas de negação do negro e de sua cultura. É, nesse momento, que teremos a potencialização das políticas públicas institucionais e dos meios legais racistas no país.

A miscigenação era tida como uma mácula que precisava ser superada. Dessa forma, a solução que se apresentava era branquear a população financiando a migração de europeus e, além disso, proibir a entrada de africanos no país. Alguns projetos pretendiam até mandar de volta para África a população negra, pois, com o fim da escravidão, eram considerados um problema para o desenvolvimento da nação.

A construção de um novo discurso hegemônico sobre a miscigenação, a partir dos anos de 1930, foi essencial para uma mudança na construção da nacionalidade, que passa de racista heterofóbica para uma baseada no mito da democracia racial e no discurso de que somos todos brasileiros (GUIMARÃES, 1999), numa mistura perfeita e harmônica das raças, conforme Gilberto Freyre coloca em *Casa Grande & Senzala* (1933).

O mito da brasilidade ajudou a criar uma nacionalidade que nasce de um projeto severamente elitista, que, segundo Guimarães, como não foi resultado das lutas populares, essa “nacionalidade não estendeu a cidadania a todos os brasileiros. Ao contrário, o imaginário aspirou – nas suas versões mais liberais – a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios” (GUIMARÃES, 1999, p. 58).

O racismo no Brasil se eterniza através de restrições fatuais da cidadania, assim como via imposição de hierarquias que criam distâncias sociais e, segue afirmando Guimarães, “por demasiadas diferenças de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas” (1999, p. 59).

A questão que se coloca é que, a partir do mito da democracia racial, o racismo brasileiro se manifesta sem rosto, ou seja, ele se camufla e se apresenta diante de si mesmo como antirracismo, num discurso sub-reptício. Esse movimento fraudulento, portanto, impede a existência de narrativas periféricas, posto que elimina, ao mesmo tempo que escamoteia, as diferenças, apresentadas como elementos antinacionais.

Em outras palavras, o racismo no Brasil, primeiro ajuda a fundar o mito da democracia racial e depois sobrevive se nutrindo dessa crença, à medida que ambos fazem valer uma história única, uma história nacional, que nega a existência do racismo no país. Munido da história do vencedor, esse racismo se mascara, “tratando-se a si mesmo como antirracismo, e negando, como antinacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro” (GUIMARÃES, 1999, p. 60).

Thomas Skidmore (2011) nos lembra que escondido atrás do mito da democracia racial, negando a existência do racismo no país, o Estado brasileiro, ao invés de criar condições para combater as desigualdades raciais, apoiando a confecção de legislação e ações afirmativas, buscou criar medidas racistas promovendo o branqueamento da população brasileira e o aniquilamento da diferença.

Segundo Skidmore, enquanto nas duas décadas e meia que sucederam a II Guerra Mundial, “[...] os EUA viraram o sistema de segregação racial de pernas para o ar” por meio da criação de uma forte legislação de combate ao racismo e à implementação de ações afirmativas para promover a igualdade racial, a maior parte da elite brasileira continuou a acreditar, ano após ano, que o fato de brasileiros de pele escura não ascenderem na escala socioeconômica podia ser atribuído a barreiras de classe e não de raça. Enquanto os Estados Unidos derrubaram as barreiras legais que impediam a participação de não brancos na estrutura de poder e forçaram a entrada de não brancos naquela estrutura, os brasileiros,

enquanto isso, continuam com sua crença hereditária no branqueamento, sustentáculo da identidade nacional racista.

Skidmore ajuda a refletir sobre a criação de uma identidade nacional eurocêntrica que perpetua o racismo no país, fazendo com que, hoje, como no passado, para o negro, o meio mais garantido de “[...] ascender socialmente é ter uma pele mais clara que a de seus pais. Os americanos se lançaram a um experimento que os brasileiros nunca levaram em conta: a promoção ativa da igualdade de direitos e oportunidades, com leis e recursos materiais e humanos” (SKIDMORE, 2011, p. 291).

Refletir de forma descolonizada sobre nossa identidade nacional é entender como o Estado e as elites brasileiras promoveram o branqueamento do país e a negação da cultura negra, negando-se a promover a inclusão do negro na sociedade, eximindo-se da obrigação de desenvolver ações afirmativas e de criar uma legislação de combate ao racismo e de valorização da diferença.

Não é pelo fato de o Brasil ser uma sociedade multirracial que vivemos um paraíso das raças. Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2016) afirmaram que o Brasil foi constituído e edificado a partir do encontro de diversas culturas e civilizações, porém, apesar da diversidade existente no país, existiu por iniciativa do próprio Estado brasileiro e também de seus principais intelectuais, um esforço para que se negasse ou ocultasse a contribuição do negro para a construção do país. Nesse esforço, o primeiro passo foi desvalorizar a cultura negra e negar ou corromper a sua história.

Munanga e Gomes (2016) apontam que os recentes dados do IBGE sobre a sociedade brasileira atual nos revelam a existência de uma grande desigualdade racial no país. Essa desigualdade racial caminha lado a lado com a desigualdade econômica, sendo construída ao longo do processo histórico, político e social do país. O abismo racial não é uma ficção e pode ser comprovado nas pesquisas que comparam as condições de vida, emprego e escolaridade entre negros e brancos no país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão e à desigualdade socioeconômica que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros.

Para Munanga e Gomes (2016), a primeira forma de combater o racismo e a discriminação racial é por meio da legislação penal, porém, afirmam que a maioria da população brasileira desconhece a legislação que trata das questões raciais no Brasil. Desconhece também a importância das ações afirmativas que se constituem como políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, “[...] criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos

socialmente discriminados possam competir em mesmas condições de igualdade” (2016, p. 186). Essas ações podem ser estabelecidas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, nos cargos políticos, entre outros, enfim, “[...] nos setores onde a discriminação a ser superada se faz mais evidente e onde é constatado um quadro de desigualdade e de exclusão” (2016, p. 186).

Se existe uma narrativa que nega a existência do racismo no Brasil, as ações discriminatórias legitimadas pela identidade nacional são automaticamente descaracterizadas. Práticas de discriminação racial podem ganhar novas leituras e interpretações, deixando de ser entendidas como racismo, para, por exemplo, serem interpretados como elementos da “brasilidade” ou da “cultura nacional”.

3. Conclusões

É possível combater e superar o racismo? O racismo só pode ser combatido se tivermos total consciência de sua existência, pois é impossível lutar contra aquilo que não existe (NASCIMENTO, 1978). Dessa forma, a superação do racismo exige tanto o reconhecimento de sua existência como uma postura firme na execução de ações, políticas, atividades e projetos antirracistas por todas as esferas da sociedade, desde o Estado até à população comum, inclusive, às pessoas brancas.

Na sociedade, os educadores, em especial, têm papéis especiais na luta antirracista e na desmistificação da identidade nacional racista que assola a educação. É necessária uma nova postura para superar o fazer da instituição escola, que, ao longo dos anos, tem sido a-histórico, com bases sedimentadas em práticas coloniais como classificações de corpos, hierarquizações de saberes e aniquilações de culturas. Assertivamente, a escola têm sido um lugar de reprodução de uma única narrativa, um ambiente, por excelência, da reprodução de uma história única, sendo necessário sua transformação para a descolonização da vida e a desnaturalização das relações sociais.

Nilma Lino Gomes (1997, p. 18) nos lembra que a denúncia sobre a contribuição da escola para a manutenção no Brasil de uma estrutura societal colonial excludente não é algo novo. Inclusive, os movimentos negros e seus pensadores já estão muito além da fase da denúncia da história única, mostrando que negros e negras, desde sempre, têm construído saberes, conhecimentos, epistemologias e pensamentos que são próprios de suas raízes e experiências raciais, todavia, toda essa gama de conhecimento não tem espaço na educação formal, sendo rejeitada pela identidade nacional.

A identidade nacional faz com que a compreensão da cidadania no Brasil tenha sido algo tão complexo, que, apesar dos avanços dos estudos periféricos, – ou seja, os estudos que estão à margem, produzidos por pessoas subalternizadas, mas não subjugadas – a escola e sociedade como um todo não têm conseguido dialogar com a pluralidade, a diversidade e, sobretudo, com a diferença.

Para descolonizar a vida, é premente um fazer pedagógico radical, ou seja, decolonial, que possa contribuir para um entendimento do mundo para além da visão hegemônica, para além da naturalização das relações sociais. É preciso identificar e enquadrar as narrativas dominantes e triunfalistas que imperam na sociedade brasileira, reproduzindo racismo travestido de identidade nacional. É necessário desmistificar, dissecar, desconcertar e destruir essas narrativas nocivas e opressoras que estão a serviço da destruição.

Referências

DAVIS, Ângela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES, Nilma Lino. “A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro”. In. GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Coord). *O pensamento negro em educação no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar – Editora Universitária, 1997, p. 17 – 30.

GOMES, Nilma Lino. MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. São Paulo: RBCS, vol. 32, nº 94, jun./2017.

MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978.

_____. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GDR, 1968.

QUIJANO, Aníbal. “‘Raza’, ‘Etnia’ y ‘Nación’ em Mariátegui”. In. QUIJANO, Aníbal (Coord). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Lima: Perú Indígena, v.13, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Coord.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.